

Banco Central não acredita em avanço no ritmo de crescimento

ECONOMIA - Brasil

Mônica Izaguirre
De Brasília

O Banco Central não acredita que o crédito livremente direcionado pelas instituições financeiras, cujo volume cresceu nominalmente 66,27% no ano passado, seja capaz de manter o mesmo ritmo de crescimento em 2001. "Imaginemos que o volume continuará aumentando, mas que a taxa de expansão será menor", comentou ontem o diretor de Política Econômica, Ilan Goldfajn, ao divulgar o estudo mensal do BC sobre juros e spreads bancários. A pesquisa de janeiro apontou nova elevação do saldo, queda das taxas de juros e ligeiro aumento da inadimplência nas operações de taxas prefixadas.

A expectativa de desaceleração decorre da avaliação de que o crédito era tão restrito até fins de 1999 que reagiu rápido e forte às medidas de estímulo que foram adotadas a partir de outubro daquele ano, tanto em relação à oferta quanto à demanda (redução do recolhimento compulsório dos bancos e queda da taxa básica de juros, por exemplo).

A previsão de Goldfajn em relação a 2001 parece ter mais a ver com o fato de que 2000 foi um ano atípico, por causa da base de comparação deprimida de 1999, do que com alguma sinalização de que autoridade monetária esteja preocupada em brechar a expansão. As atas das reuniões do Comitê de Política Monetária mostram que o BC tem avaliado que o aumento do volume de crédito não está implicando riscos para o controle da inflação, pois não provocou até agora desequilíbrio entre oferta e demanda por bens.

Incluindo aplicações obrigatórias dos bancos, não consideradas no levantamento apresentado ontem, o volume de crédito concedido por instituições financeiras no Brasil está em torno de 30% do Produto Interno Bruto, em geral muito menos do que em outros países, destacou Goldfajn. O crescimento nominal das aplicações livres foi de 1,9% em janeiro. O percentual foi inferior ao de dezembro (2,3%), mês em que os dados são influenciados pelas compras de Natal, mas superior a janeiro de 1999, quando a expansão foi de 1,5%.

Mantendo a tendência que vem se verificando há meses, o volume de empréstimos e financiamentos cresceu mais nas operações com pessoas físicas (6,3%), onde atingiu R\$ 54,461 bilhões. Nas operações com empresas, o saldo dos empréstimos caiu ligeiramente (0,2%,

para R\$ 102,37 bilhões), mantendo-se quase no mesmo patamar do final de 2000.

Os créditos em atraso há mais de 90 dias (o que já caracteriza inadimplência) subiram de 2,9% para 3,1% nas operações prefixadas, cujo saldo total fechou janeiro em R\$ 89,97 bilhões. A inadimplência tem crescido desde junho de forma localizada em duas modalidades de crédito no varejo. No cheque especial, onde era de 2,7% em junho, atingiu 4,2% em janeiro. Mas houve queda em relação a dezembro, quando estava em 4,3%. No crédito pessoal, estava em 3,5% em junho, passou para 4,7% em dezembro e em janeiro atingiu 5,4%.

Em contrapartida, a parcela das operações com atraso superior a 90 dias vem caindo. Nas linhas para outros bens (não inclui veículos), por exemplo, saiu de 8,5%, nível de junho, para 5,1% em janeiro. Consideradas todas as modalidades de operação com pessoas físicas, o percentual de inadimplência, que era de 3,4% em junho, chegou a janeiro em 3,8%. Em dezembro estava em 3,7%. Para Ilan Goldfajn, esta variação não representa qualquer arranhão na saúde do sistema financeiro, que, na visão do Banco Central, continua sólido e com baixo risco de crédito. Dados a serem divulgados hoje pelo BC vão dar uma visão mais completa do crédito por nível de risco, incluindo aplicações obrigatórias dos bancos, como aquelas em habitação e crédito rural. O relatório anterior tinha mostrado queda na qualidade da carteira dos bancos públicos, onde aumentou a participação das operações H, o pior dos níveis.

Quanto às taxas de juros das operações prefixadas de livre direcionamento, o BC detectou queda em janeiro e acredita que ela esteja intimamente relacionada ao corte de 1,25 ponto percentual feito em duas etapas pelo Comitê de Política Monetária, em dezembro e janeiro. Na média geral, em janeiro os juros caíram 1,8 ponto percentual ao tomador final e a taxa média praticada foi de 49,2% ao ano. Para as pessoas físicas, a taxa média recuou de 66,5% para 63,5% anuais. Para as empresas, de 34,6% para 33%. O spread geral também caiu, de 35,2% para 34,3%, o que significa que a redução dos juros de ponta foi mais acentuada que a da taxa básica praticada pelo BC para os bancos.

O relatório completo sobre juros e spread bancários está no site www.bcb.gov.br